



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

PROTOCOLO SIC-USP n. [REDACTED]

UNIDADE: Universidade do Estado de São Paulo - USP

SECRETARIA: Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

DECISÃO OGE/LAI n.º 136/2016

1. Tratam os presentes autos de pedido dirigido à Universidade de São Paulo solicitando dados relativos às notas e frequência dos alunos em todas as disciplinas da cadeira de Direito, dentro do período de 2004 a 2015.
2. Em resposta, a Universidade ofertou *link* para pesquisa contendo a lista de disciplinas oferecidas pela Faculdade de Direito, sem relação com os itens específicos lançados no pedido inaugural, afirmando a impossibilidade de satisfação total da demanda em razão dos trabalhos adicionais exigidos para se chegar à conclusão esperada pelo recorrente. Após recurso hierárquico, a USP manteve a resposta, ensejando recurso cabível a esta Ouvidoria Geral, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. Em síntese, fundamenta-se a negativa de acesso em dois argumentos. Primeiramente, o atendimento do pedido demandaria inexigível trabalho de tratamento e consolidação de dados. Ao mesmo tempo, a oferta de meios para que o próprio interessado faça as pesquisas de que necessita seria inviável, devido à presença de dados pessoais de acesso restrito. Ambos os argumentos devem ser analisados separadamente.
4. Conforme já se teve oportunidade de consignar em outras decisões, a inexigibilidade de trabalhos adicionais de análise, interpretação, consolidação, produção ou tratamento de dados para atendimento a pedido de informação, se não está literalmente expressa nos dispositivos legais da Lei de Acesso à Informação, decorre de sua interpretação sistemática, bem como da ponderação hermenêutica à luz dos princípios constitucionais, cuja realização exige a análise do caso concreto. De um lado, tem-se presente o direito fundamental de acesso à informação, previsto no artigo 5º, inciso XXXIII, da Lei Maior, que assegura a todos o direito de obter do Poder Público informações de interesse público ou particular. De outra parte, há que se considerar o princípio da eficiência, insculpido no caput do artigo 37, bem como a razoabilidade, de modo a garantir que os limitados recursos disponíveis à Administração Pública sejam utilizados, de forma equilibrada, na concretização dos diversos direitos fundamentais reconhecidos pela ordem constitucional.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

5. Nesse sentido, por depender de cuidadoso sopesamento, a fundamentação de negativa de acesso lastreada na inexigibilidade de tratamento de dados não pode ocorrer de forma automática, sendo necessária a devida consideração dos diversos fatores envolvidos no caso concreto, com destaque para o dever geral de transparência, bem como para a viabilização do controle difuso sobre as atividades da Administração Pública. Mesmo no âmbito do Poder Executivo Federal, submetido à previsão regulamentar expressa a respeito dessa hipótese de negativa de acesso (artigo 13, inciso III do Decreto Federal 7.724, de 16 de maio de 2012), a aplicação desse dispositivo não deve ocorrer de forma desmotivada, exigindo-se dos entes estatais a demonstração da desproporcionalidade entre o interesse na produção da informação e o custo necessário à sua disponibilização¹.
6. Assim, a necessidade de trabalhos adicionais para organização de dados somente poderá ser considerada tarefa inexigível após criterioso exame em que se demonstre sua inviabilidade operacional ou excessiva onerosidade, capaz de justificar a exceção à regra geral de fornecimento dos dados públicos.
7. No caso em apreço, a Universidade, após provocação desta Ouvidoria Geral do Estado, explicou que os dados requeridos somente podem ser extraídos em formato PDF, no qual constam informações pessoais que precisariam ser ocultadas antes de sua disponibilização. Nesse contexto, cada uma das dezenas de disciplinas oferecidas anualmente, em diferentes turmas e períodos, precisaria ser individualmente extraída do sistema e tarjada individualmente. Não procede, portanto, o argumento do interessado segundo o qual as informações já estariam tratadas e consolidadas, sem necessidade de trabalho adicional.

¹ Merece transcrição, nesse exato sentido, estudo da Controladoria Geral da União a respeito da aplicação da Lei de Acesso à Informação no âmbito do Governo Federal: “É importante deixar claro, no entanto, que **nem todo pedido de acesso à informação que exige certo trabalho adicional de análise ou de interpretação deve ser negado. Para que um órgão ou entidade pública se negue a fornecer uma informação com base na parte inicial desse dispositivo é necessário demonstrar que os procedimentos para a produção da informação impactariam as suas atividades rotineiras de forma negativa, da mesma forma que é feita nos pedidos desproporcionais.** Assim, deve-se fazer uma análise de ponderação com base nas vantagens e desvantagens que esse trabalho pode auferir. Ademais, o parágrafo único do art. 13 impõe ao órgão ou entidade pública a obrigatoriedade de indicar o local onde se encontram as informações demandadas, de maneira que o cidadão possa, ele próprio, realizar o trabalho de análise, interpretação e consolidação dos dados.” Cf. *Aplicação da Lei de Acesso à Informação em recursos à CGU*, p. 44. Disponível em: <http://www.ace.ssoainformacao.gov.br/central-de-conteudo/publicacoes/arquivos/aplicacao-da-lai-em-recursos-a-cgu.pdf>. E ainda: “Para que haja adequada caracterização da desproporcionalidade de um pedido de informação, ademais, é necessário que o órgão recorrido **indique ao recorrente, de forma clara, concreta e com dados objetivos, que o seu pedido inviabilizaria a rotina da unidade responsável pela produção da resposta.** Deve-se demonstrar, portanto, o nexo de causalidade entre a dimensão do pedido e a sua inviabilidade operacional. Isso ocorre porque cabe à Administração Pública o ônus de comprovar o fato alegado, quando da negativa de acesso à informação, conforme o inciso II do parágrafo 1º do artigo 11 da Lei nº 12.527/11”. (Referência: 99901.000282/2015-43. Órgão recorrido: COBRA Tecnologia S.A.)

5



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

8. À luz dessa explicação, fica claro que o atendimento da demanda, nos moldes em que solicitada, exigiria enorme dispêndio de tempo por parte de servidores da Universidade, impactando negativamente a rotina de trabalho dos responsáveis pela tarefa. Resta suficientemente evidenciada, assim, a desproporção do pedido em tela, tornando inexigíveis os trabalhos adicionais de tratamento de informações.
9. A impossibilidade de atendimento nos moldes em que solicitado, frise-se, não esgota, por si só, a responsabilidade informacional da instituição, que inclui a obrigação de, quando possível, disponibilizar meios para que o próprio interessado efetue sua pesquisa. No presente caso, tal alternativa seria inviável, tendo em vista a existência de dados pessoais a serem protegidos.
10. À luz dessas considerações, evidencia-se que os argumentos invocados pela Universidade de São Paulo para indeferir o pedido de acesso em apreço encontram-se devidamente respaldados pelo ordenamento jurídico vigente, razão pela qual **conheço do recurso**, para, no mérito, **negar-lhe provimento**, com fundamento nos artigos 15, §1º, item 2, e 35, §1º, do Decreto nº 58.052/2012, ausentes as hipóteses recursais previstas no artigo 20 do mesmo diploma.
11. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 25 de abril de 2016.


GUSTAVO UNGARO
OUVIDOR GERAL DO ESTADO

fprm